



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO Nº _____. DE 2021
(Das Sras. TALIRIA PETRONE e ERIKA KOKAY)

Requer a realização de Audiência Pública deste Colegiado para discutir a inclusão de mães em período de amamentação (lactantes) no Plano Nacional de Imunizações contra a Covid-19.

Senhora Presidente,

Nos termos do inciso III, do art. 24, combinado com o art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a realização de Audiência Pública deste Colegiado para discutir a inclusão de mães em período de amamentação (lactantes) no Plano Nacional de Imunizações contra a Covid-19. Para tanto, solicitamos sejam convidados (as):

- 1- Mabi Andrade, pedagoga em formação, lifestyle, mãe, lactante, negra, bissexual e influenciadora digital.
- 2- Ministério da Saúde;
- 3- Renata Albuquerque, Antropóloga e Presidenta do LeME - Leite Materno na Escola;
- 4- Arlete Sampaio, Deputada Distrital;
- 5- Hellen Frida, Doula, Mãe e membro do Conselho de Saúde do DF
- 6 - Rosilene Silva da Costa - mãe, professora, representante da Comissão de Lactantes pela vacina do Distrito Federal.
- 7 - Melania Amorim - Rede Feminista de Ginecologistas e Obstetras, e Ação Contra as Mortes Maternas Por Covid-19 no Brasil;
- 8 – Dra. Sonia Salviano - Médica Pediatra;
- 9- Júlia Maia Almeida, do Movimento Lactantes pela Vacina; e
- 10- Secretaria de Saúde do Distrito Federal.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

Os efeitos devastadores da Covid-19 no Brasil têm resultado no aumento exponencial do número de mortos e infectados, situação que exige medidas céleres e urgentes do poder público para conter sua disseminação e os trágicos efeitos sociais que resultam do alastramento da pandemia em nosso país.

Apesar da intensa atividade de pesquisa visando encontrar tratamentos específicos para a Covid-19, a melhor alternativa para tentar controlar a disseminação e as consequências da enfermidade ainda são as vacinas, que no início deste ano passaram a ser produzidas, distribuídas em diversos países.

No entanto, embora o Plano Nacional de Imunização tenha iniciado alguns meses, levantamento feito junto a secretarias de Saúde em 07/06/2021 aponta que 49.584.110 pessoas (23,42% da população) tomaram a primeira dose e 23.026.663 a segunda (10,87% da população), num total de mais de 72,6 doses aplicadas, segundo dados do consórcio de veículos de imprensa que divulga diariamente os dados de imunização no país.

Esse ritmo de vacinação coloca em risco a vida de diversos grupos. Por isso, acreditamos ser necessário que se estabeleçam critérios adequados para o escalonamento dos que irão receber as doses sucessivamente, critérios esses que devem levar inevitavelmente em conta as necessidades especiais de desses segmentos sociais.

O Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19 foi apresentado ao país, no início deste ano, sem incluir as mães em período de amamentação (lactantes). Para suprir essa lacuna e defender a prioridade desse grupo populacional na vacinação contra o vírus, surgiu no início de maio de 2020, em Salvador (BA), o Movimento Lactantes pela Vacina, que alcançou o objetivo de aprovar a vacinação de lactantes com bebês de até 12 meses em todo o estado. A articulação se intensificou por todo o Brasil, principalmente pela internet.

A vacinação das lactantes é medida de saúde fundamental para a prevenção. Pesquisas recentes demonstram que anticorpos que atuam contra Covid-19 podem ser transmitidos através do leite materno. Após imunizadas contra a covid-19, mulheres que amamentam produzem leite com anticorpos contra o novo coronavírus, o que pode gerar um efeito de proteção 2 em 1, o que significa assegurar proteção simultânea às mães e também os seus filhos e filhas.

O movimento das Lactantes pela Vacina destaca¹ que, “embora não haja um estudo próprio e específico que comprove que a criança receba imunização via leite humano, há muitas evidências científicas sérias sobre o assunto”. O movimento cita o entendimento do pediatra Flavio Melo, membro da [Sociedade Brasileira de Pediatria \(SBP\)](https://www.sbp.org.br/), o qual destaca ao menos quatro evidências a serem consideradas:

“1- Uma pesquisa publicada no *American Journal of Obstetrics and Gynecology*

1 <https://www.firminas.com.br/2021/05/23/lactantes-grupo-prioritario-para-vacina/>

Assinado eletronicamente, por delegação do(a) Dep. Talíria Petrone e outros
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD217216667900>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

(AJOG), neste mês de maio, mostrou que gestantes vacinadas com a plataforma de RNAm (Pfizer e Moderna), transferiram com sucesso os anticorpos para os bebês;

2-Estudo publicado em março no mesmo AJOG, avaliou a resposta vacinal em 131 gestantes e lactantes imunizadas com as vacinas Pfizer e Moderna, com produção importante de anticorpos e passagem pela placenta e leite materno para os bebês;

3-Estudo publicado no mês passado na revista JAMA, em 84 lactantes de Israel, vacinadas com a Pfizer, com secreção robusta de anticorpos IgA e IgG no leite materno, 6 semanas após a vacinação. Os anticorpos encontrados no leite materno mostraram forte capacidade neutralizante, indicando uma provável proteção para os bebês;

4- Mais um estudo do JAMA, com 103 gestantes e lactantes que receberam as vacinas de RNAm, com robusta resposta imune, segurança e passagem de anticorpos transplacentários e no leite materno.”

Ainda no mês de maio deste ano, a mídia noticiou outra evidência: o caso do bebê, filho de uma médica vacinada, que nasceu com anticorpos contra a Covid-19, em Santa Catarina.

Levantamento realizado por veículos de comunicação demonstra que desde o início da pandemia, mais de 950 crianças de zero a nove anos já morreram pela doença; e apenas em 2021, 307 bebês e crianças de até cinco anos foram vítimas fatais do coronavírus. A maior vulnerabilidade se dá em bebês até 2 anos.

Face ao exposto, apresentamos o presente Requerimento.

Sala da Comissão, em 14 de junho de 2021.

Deputada **TALÍRIA PETRONE – PSOL/RJ**

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**



Assinado eletronicamente, por delegação do(a) Dep. Talíria Petrone e outros
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD217216667900>





Requerimento **(Da Sra. Talíria Petrone)**

Requer a realização de Audiência Pública deste Colegiado para discutir a inclusão de mães em período de amamentação (lactantes) no Plano Nacional de Imunizações contra a Covid-19.

Assinaram eletronicamente o documento CD217216667900, nesta ordem:

- 1 Dep. Talíria Petrone (PSOL/RJ) *-(p_6337)
- 2 Dep. Erika Kokay (PT/DF)

* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.

